



## **A escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista na educação profissional**

*Simone Pinto Vasconcellos<sup>1</sup>*

*Profa. Dra. Mônica Maria Farid Rahme<sup>2</sup>*

**Eixo Temático:** transtornos globais do desenvolvimento.

**Categoria:** pôster.

### **Resumo**

O direito de todos à educação é assegurado pela legislação e pelas políticas públicas nacionais, fundamentadas em um modelo de educação inclusiva. O presente estudo se situa nesse contexto e tem como objetivo analisar o impacto das estratégias educativas na escolarização dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação profissional, na modalidade ensino técnico integrado, com aporte da abordagem histórico-cultural. Para esta investigação, propõe-se uma pesquisa qualitativa, envolvendo: pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas com pais e alunos com TEA, e grupos focais com os educadores de uma instituição federal de educação profissional de Belo Horizonte (Minas Gerais). Os resultados parciais do estudo em questão indicam um reduzido número de matrículas de alunos com TEA no ensino técnico integrado, conforme os dados do censo escolar de 2012 a 2016. Além disso, os estudos identificados no levantamento bibliográfico demonstram que a condição socioeconômica, o apoio familiar, e algumas práticas institucionais favorecem o aprendizado dos alunos com TEA, mas destacam a falta de estruturação dessas ações educativas e das políticas inclusivas, e a inadequação da formação dos docentes. Tais resultados reforçam a relevância da pesquisa em questão no sentido de contribuir para o aprimoramento do processo educativo das pessoas com autismo na educação profissional.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista; estratégias educativas; educação profissional.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE), da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG).

<sup>2</sup> Pós doutora em Psicologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE), da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG).



## Introdução

A concepção de uma escola para todos desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XX, fundamentada na defesa da igualdade de direitos e oportunidades. Na década de 1990, documentos internacionais, como a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* (Unesco, 1994) e a *Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais* (Unesco, 1990) preconizaram a educação como um direito fundamental e universal. De acordo com a orientação reafirmada nestas declarações, as pessoas com deficiência e outros grupos considerados excluídos têm direito de acesso às escolas regulares e os sistemas educativos precisam propiciar oportunidade de aprendizagem a todas as pessoas, independentemente de suas características, em um mesmo ambiente escolar.

No Brasil, a perspectiva de integração dos alunos com deficiência na escola comum pode ser observada desde a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDBN), nº 4024, de 1961, revogada pela LDBN de nº 9.394 (Brasil, 1996) que definiu a Educação Especial como uma modalidade de ensino a ser oferecida preferencialmente na escola regular, assim como já havia sido assegurado pela *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (Brasil, 1988). Posteriormente, em 2008, a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, estabeleceu diretrizes para o acesso, a participação e a aprendizagem do público-alvo da educação especial nas escolas regulares (Brasil, 2008). A partir da circulação dessa Política, os serviços de apoio especializados assumiram obrigatoriamente o caráter complementar ou suplementar, e não mais substitutivo, ao ensino regular. Mais recentemente, a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*, nº 13.146, de 2015, assegurou o direito dessas pessoas ao acesso, permanência, participação e aprendizagem em todos os níveis e modalidades de ensino, com a implementação de estratégias de acessibilidade (Brasil, 2015).



Portanto, ao longo das décadas, as pessoas com deficiência que antes eram tratadas em instituições residenciais e asilares passaram a ser educadas em classes e escolas especializadas e, posteriormente, em escolas regulares, após a mudança do paradigma educacional, conforme destaca Mendes (2006). A perspectiva da educação inclusiva garantiu o direito de escolarização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, nas classes comuns das escolas regulares. Os estudantes com autismo encontram-se contemplados no grupo de alunos com transtornos globais do desenvolvimento, compondo, assim, o público-alvo da educação especial. Ademais, em 2012, a lei nº 12.764, que instituiu a *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*, declara que os autistas devem ser considerados pessoas com deficiência para todos os efeitos legais e assegura seu acesso à educação, ao ensino profissionalizante e ao mercado de trabalho (Brasil, 2012).

### **Objetivos da pesquisa**

Tendo como referência o contexto da educação inclusiva, propõe-se uma pesquisa com o objetivo geral de investigar o impacto das estratégias educativas adotadas no percurso de escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na educação profissional técnica integrada. Os objetivos específicos deste estudo consistem em realizar um levantamento dos trabalhos acadêmicos que discutem a escolarização de alunos com TEA na educação profissional; analisar as estratégias educativas adotadas com esses estudantes nos cursos técnicos integrados e contribuir para a produção de conhecimento sobre a educação profissional desse público.

### **Metodologia**

Para investigar a escolarização dos alunos com TEA nos cursos técnicos integrados, será realizada uma pesquisa qualitativa, envolvendo: pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas com pais e alunos com autismo,



separadamente, e grupos focais com os educadores de uma instituição federal de educação profissional do município de Belo Horizonte (Minas Gerais). De acordo com Bauer e Gaskell (2007), o grupo focal consiste em uma entrevista em grupo, realizada a partir de um “debate aberto” sobre um tema de interesse comum entre os participantes, sem privilegiar indivíduos específicos.

Neste trabalho, considera-se que *estratégias educativas* são as ações desenvolvidas pelos profissionais da educação no ambiente escolar, com o objetivo de favorecer a aprendizagem dos alunos que apresentam demandas específicas, como é o caso dos estudantes com TEA. Nesse sentido, a LDBN, no inciso I do artigo 59, prevê que os sistemas de ensino devem assegurar ao público-alvo da educação especial “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996).

Para contextualização e complementação dos dados que emergirem nas entrevistas e nos grupos focais, será realizado um levantamento do número de matrículas dos alunos autistas na educação profissional, do índice de evasão e de aprovação/reprovação, da frequência e do desempenho registrados no boletim escolar, da estrutura administrativa e acadêmica, e da proposta pedagógica da instituição investigada. A percepção dos alunos, dos pais e dos educadores serão analisadas e relacionadas, na medida do possível, aos dados de frequência, permanência e desempenho escolar localizados nesses levantamentos.

Os dados coletados serão analisados com o aporte da abordagem histórico-cultural, principalmente os princípios do desenvolvimento das crianças com deficiência apresentados na obra de Vygotski intitulada *Fundamentos de Defectologia* (1931/1997). Segundo o autor, as crianças se desenvolvem a partir da interação e da comunicação com as pessoas do seu meio social, sendo que as pessoas com deficiência se desenvolvem de forma qualitativamente diferente daquelas consideradas “normais” (Vygotski,



1931/1997). Para Vygotski, com vistas à adaptação ao meio sociocultural, a deficiência funciona como um estímulo para o desenvolvimento de funções substitutivas que buscam compensar a inadaptação e reequilibrar o sistema psíquico. Nesse sentido, as instituições educativas podem adotar meios diferenciados, de acordo com a peculiaridade dos alunos com deficiência, para atingir os mesmos objetivos de aprendizagem dos demais alunos (Idem).

Para uma maior clareza da investigação proposta, será apresentado, no item a seguir, o percurso da caracterização do Transtorno do Espectro Autista enquanto categoria diagnóstica e os dados epidemiológicos. Posteriormente, serão apresentados os dados do Censo Escolar e resultados de estudos sobre a escolarização de alunos com autismo na educação profissional.

### **Transtorno de Espectro Autista**

Como categoria diagnóstica, o autismo é reconhecido, atualmente, como Transtorno do Espectro Autista (TEA) e refere-se a um *continuum* de transtornos do neurodesenvolvimento.

Inicialmente, o autismo foi descrito como uma condição diagnóstica nos anos de 1940 por dois psiquiatras simultaneamente, Leo Kanner que denominou essa condição como *distúrbios autísticos do contato afetivo* e Hans Asperger que a definiu como *psicopatia autística* (Fadda; Cury, 2016). Grinker (2010) explica que o termo *autismo* derivava das investigações de Eugen Bleuler para designar um sintoma da esquizofrenia relativo à ruptura que o paciente apresentava em relação ao mundo exterior. Kanner e Asperger diferenciaram esta “síndrome” da esquizofrenia, sendo que ambos concebiam que as dificuldades características do autismo eram inatas, ou seja, de origem biológica (Kanner, 1943/2012; Asperger, 1943/2015).

Atualmente, conforme a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V, a categoria Transtorno do Espectro Autista passou a abranger os transtornos globais do desenvolvimento,



a Síndrome de Asperger e o autismo (Associação Psiquiátrica Americana, 2014).

O DSM-V descreve que as características do autismo se manifestam desde a infância, sendo prevalentes em indivíduos do sexo masculino. Essas manifestações limitam a rotina diária do indivíduo e podem predispor à ansiedade e depressão. Os critérios diagnósticos para o TEA, estabelecidos por esse Manual, envolvem dois âmbitos:

- Dificuldades na comunicação social e na interação social;
- Padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades.

Conforme esse Manual, as dificuldades nesses dois domínios se manifestam de diversas formas, com intensidades que transitam de leve a grave, sendo que a gravidade pode variar conforme o contexto e o tempo. No DSM-V, estão descritos três níveis de gravidade do transtorno, de acordo com o tipo de apoio necessário: o nível I refere-se à necessidade de *apoio muito substancial*, o nível II diz respeito à *exigência de apoio substancial* e, por fim, o nível III concerne a *exigindo apoio* (Associação Psiquiátrica Americana, 2014).

Quanto à prevalência do autismo, a Associação Americana de Psiquiatria (2014) indica que, recentemente, cerca de 1% da população dos Estados Unidos e de outros países são autistas, não sendo possível precisar o motivo do aumento das taxas do TEA que podem estar relacionadas à mudança dos critérios diagnósticos, maior conscientização, metodologias de estudo diferenciadas ou a um aumento real na frequência dessa condição. No Brasil, não há dados oficiais sobre a prevalência do autismo no país, mas estima-se que aproximadamente dois milhões de pessoas podem ser incluídas nesse diagnóstico, de acordo com Fadda e Cury (2016).

A partir do exposto, entende-se que as particularidades vivenciadas pelas pessoas com TEA podem limitar seu acesso, permanência e aprendizagem nas classes comuns de escolas regulares. Esta percepção nos



conduz a problematizar o processo educativo desses jovens na educação profissional através das perguntas: de que forma está ocorrendo a escolarização de jovens com autismo no ensino técnico integrado? Quais estratégias educativas estão sendo adotadas com esses alunos, nessa modalidade de ensino, e quais impactos acarretam no seu percurso de escolarização?

### **Resultados parciais sobre a escolarização de alunos com TEA na Educação Profissional**

A proposta da educação profissional originou-se no século XIX, objetivando a qualificação do trabalhador urbano associada à formação moral (Moraes, 2001). Em 1909, foram criadas as escolas de aprendizes e artífices que, após sucessivas mudanças, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, a partir de 1978. Em 2005, houve uma expansão da oferta da educação profissional no país e, em 2008, a maioria dessas instituições foi transformada em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Atualmente, a Rede Profissional de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possui como missão a qualificação profissional para os setores produtivos, o desenvolvimento de pesquisas, processos, produtos e serviços<sup>3</sup>.

Nesse âmbito, o ensino técnico de nível médio consiste em uma das modalidades da educação profissional que pode ser desenvolvida de forma articulada ao ensino médio, no caso dos alunos que concluíram o ensino fundamental, e, de forma subsequente, para aqueles que já concluíram a educação básica (Brasil, 1996). A educação profissional técnica articulada ao nível médio pode ser realizada de forma integrada, quando o ensino médio e o ensino técnico são ministrados na mesma instituição educacional, com matrícula única, e de forma concomitante, quando o curso médio e o técnico

---

<sup>3</sup> Informações disponíveis em: <<http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em 20 ago. 2017.



são realizados em diferentes estabelecimentos de ensino, com matrículas distintas. O estudo em questão propõe a análise do tema citado na modalidade ensino técnico integrado.

A respeito do acesso de pessoas com deficiência ao ensino técnico federal, não se tratando especificamente sobre alunos com TEA, Silva e Dore (2016) observaram o crescimento do número de matrículas do público-alvo da educação especial na Rede Federal de Educação Profissional de Minas Gerais, a partir dos dados do Censo Escolar de 2007 a 2010, principalmente desde 2009. Entretanto, as autoras destacam que é reduzido o ingresso desses jovens nos cursos técnicos integrados, sendo que o maior acesso dos alunos com deficiência ocorre nos cursos subsequentes, nos quais também consta uma maior taxa de evasão.

O reduzido número de matrículas do público-alvo da educação especial nos cursos técnicos integrados é confirmado pela análise dos dados do Censo Escolar, de 2012 a 2016 (INEP, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016). Este levantamento de dados demonstra que as matrículas da educação especial correspondem a apenas 0,16% do total de matrículas nos cursos técnicos integrados em Belo Horizonte, no ano de 2016, por exemplo.

Para Cordeiro (2013), esse acesso restrito está relacionado aos critérios seletivos, principalmente quanto ao nível de escolaridade exigido, que não é alcançado por muitas das pessoas com deficiência. Nesse mesmo sentido, em investigação sobre o percurso escolar de alunos com autismo no município de Atibaia (São Paulo), de 2009 a 2012, Lima e Laplane (2016) observaram um aumento do número de matrículas na rede pública e regular mas também um alto índice de evasão escolar desse público. Segundo as autoras, a maioria desses alunos apresentou uma trajetória escolar parcial e incompleta, o que indica a existência de obstáculos à sua permanência na escola. Dessa forma, esse estudo mostra que poucos alunos com TEA chegavam ao ensino médio.

Quanto à permanência dos estudantes com autismo na educação



profissional, serão discutidos os resultados de estudos que tratam da escolarização desses jovens em cursos técnicos federais. Com este propósito, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre essa temática, referente ao período entre janeiro de 2009 a abril de 2018, nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS - Psi Brasil) e Pepsic. O período de 2009 a 2018 foi estabelecido, para a revisão bibliográfica, em virtude da retomada da expansão da Rede Federal de Educação Profissional a partir da promulgação da lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Para este levantamento, utilizou-se a associação entre dois grupos de descritores:

- “autismo”, “autista”, “síndrome de asperger”, “transtorno do espectro do autismo”, “transtorno do espectro autista”, “TEA”;
- “educação profissional”, “ensino profissionalizante”, “escola técnica”, “ensino técnico”, “curso técnico”, “curso técnico integrado ao médio”, “curso técnico de nível médio”.

A consulta às bases de dados descritas elencou 167 estudos, no entanto apenas dois trabalhos tratavam sobre o processo educativo de alunos com autismo em cursos técnicos, conforme será relatado a seguir. Portanto, 165 estudos foram excluídos da análise proposta por abordarem a escolarização de alunos com TEA em outras etapas e modalidades de ensino, por investigarem outras deficiências ou temas distintos como intervenções no âmbito familiar ou da saúde, gestão escolar, inserção no mercado de trabalho, entre outros.

Dentre os trabalhos selecionados, destaca-se o estudo denominado *Conta-me como foi: percursos escolares de jovens e adultos com deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento, mediados por processos de compensação social* que buscou identificar aspectos que poderiam contribuir



para o surgimento de processos de compensação sociopsicológica que estimulam a aprendizagem e o desenvolvimento desses estudantes (Oliveira, 2014), tendo como aporte a abordagem histórico-cultural. Com este intuito, foram analisadas as histórias de vida de três alunos do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Espírito Santo: um aluno surdo, uma aluna com diagnóstico de TGD associado à psicose e um terceiro com autismo.

Os resultados do estudo demonstram que a condição socioeconômica e o apoio familiar contribuem significativamente para o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na educação profissional, assim como para a obtenção de mecanismos de compensação sociopsíquicas. Quanto às práticas inclusivas na educação profissional, a autora indica a existência de algumas políticas e ações inclusivas ainda incipientes e que precisam ser desenvolvidas. No caso do jovem com autismo, aluno do curso técnico integrado, os relatos mostram que a instituição promoveu monitorias, reforço dos conteúdos e contratou uma professora de educação especial que acompanhava o processo de escolarização desse estudante (Oliveira, 2014).

Além disso, a análise das trajetórias dos alunos com deficiência indica que a mediação e a interação de professores e colegas possibilitaram que esses jovens seguissem caminhos alternativos de aprendizagem, favorecendo o acionamento de processos de compensação sociopsicológica e a superação de dificuldades. No entanto, a autora destaca que essas ações inclusivas dependem da iniciativa de profissionais que se sensibilizam com a situação desses jovens, sendo necessários o aprimoramento dos processos educativos e a implantação de políticas mais estruturadas que viabilizem uma educação para todas as pessoas. Ademais, a falta de formação docente para a atuação com pessoas com deficiência, nesse contexto do ensino técnico, foi apontada nas narrativas dos alunos.

Outro estudo sobre a temática, intitulado *Caminhos de formação em música de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo em uma escola*



*técnica em música*, realizado por Rodrigues (2014), buscou compreender o processo de formação de estudantes com TEA no curso técnico da Escola de Música da Universidade Federal do Pará/EMUFPA, por meio de um estudo de caso. Para alcance dos objetivos propostos, os dados foram coletados a partir de análise documental e entrevistas semiestruturadas, realizadas com a diretora da EMUFPA, o diretor do Programa Cordas da Amazônia, o coordenador do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas/NAPNE, dois alunos com Transtorno do Espectro Autista que se formaram em música nesta instituição e suas cuidadoras.

Quanto à escolarização dos estudantes com autismo no curso técnico de música, os resultados desta pesquisa indicam que estes jovens ingressaram por processo seletivo, cursaram o mesmo currículo e cumpriram as mesmas exigências, sendo que as poucas adaptações promovidas foram também direcionadas e implementadas aos demais alunos do curso. Os estudantes com TEA obtiveram aprovação em todas as disciplinas, sem repetência, com desempenho satisfatório (Rodrigues, 2014). Ademais, a autora destaca o papel fundamental da família no desenvolvimento dos alunos com TEA. Dentre os fatores dificultadores na educação musical dos alunos com autismo, o estudo aponta a falta de formação dos professores e as limitações da atuação do NAPNE, por questões financeiras, estruturais, humanas, didáticas, pela falta de envolvimento da escola e de clareza de atribuições.

Dessa forma, o estudo de Rodrigues (2014) descreve experiências de êxito na área da Música e Oliveira (2014) observa aspectos que favoreceram o aprendizado desses jovens, desde a condição socioeconômica e o apoio familiar até ações implementadas pela instituição técnica. No entanto, os dois estudos pontuam sobre a necessidade de estruturação das políticas e ações educativas para os alunos com autismo, por parte das instituições, e de capacitação dos educadores. Nesse sentido, a pesquisa sobre o impacto das estratégias educativas adotadas durante a escolarização de alunos com TEA,



nas instituições técnicas federais, pode contribuir para a sistematização das práticas educativas, destinadas a esses alunos, na educação profissional.

### **Considerações parciais**

A legislação e as políticas públicas nacionais, fundamentadas em um modelo de educação inclusiva, asseguraram a universalização do direito à educação e a oportunidade de aprendizagem no mesmo ambiente escolar. Em pesquisa das publicações científicas nacionais e a partir dos dados do Censo Escolar de 2012 a 2016, observou-se um reduzido número de matrículas de pessoas com deficiência na educação profissional. Além disso, esse levantamento indicou uma escassa produção científica sobre a educação profissional de alunos com autismo. Os resultados desses estudos apontam para a falta de sistematização de políticas e ações educativas destinadas a esses estudantes e para a inadequação da formação dos docentes, mas também revelam possibilidades de desenvolvimento dos alunos com TEA nesse contexto. Portanto, pretende-se que a análise das concepções das pessoas autistas, de seus pais e dos educadores sobre o impacto das estratégias educativas institucionais possa contribuir para o aprimoramento dos processos de escolarização desses jovens na educação profissional.

### **Referências Bibliográficas**

ASPERGER, H. Os “psicopatas autistas” na idade infantil. **Revista latinoamericana psicopatologia fundamental**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 704-727, dez. 2015. (original de 1943).

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mentais: DSM-5**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 948 p. Título original: Diagnostic and statistical manual of mental disorders.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som: um manual prático**. 2 ed. Trad.: Pedrinho A. Guareshi. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002. 512 p.



\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 09 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm#art92](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92)>. Acesso em: 09 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acesso em: 25 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)>. Acesso em: 23 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em 09 jul. 2017.

CORDEIRO, D. R. C. L. **A inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de educação profissional**. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/91207>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

FADDA, G. M.; CURY, V. E. O enigma do autismo: contribuições sobre a etiologia do transtorno. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 411-423, jul./set. 2016. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/30709>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

GRINKER, R. **Autismo**: um mundo obscuro e conturbado. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010. 320 p. Título original: Unstrange minds.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Básica 2012. Brasília: Inep, 2013. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Sinopse Estatística da Educação Básica 2013. Brasília: Inep, 2014. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Sinopse Estatística da Educação Básica 2014. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Sinopse Estatística da Educação Básica 2015. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Sinopse Estatística da Educação Básica 2016. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

KANNER, L. Os distúrbios autísticos do contato afetivo. In: Rocha, P. (org.). **Autismos**. 2. Ed. São Paulo: Escuta, 2012, p. 111-179. (original de 1943).

KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 28, supl I, S 3-11, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-4446200600050002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-4446200600050002)>. Acesso em: 15 ago. 2017.

LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 2, p. 269-284, abr./jun. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382216000200009>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2016.

MORAES, C. S. V. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. **Brasil 500 anos**: Tópicos em histórias da educação. São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 2001, p. 169-204.



OLIVEIRA, R. I. **Conta-me como foi: percursos escolares de jovens e adultos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, mediados por processos de compensação social.** 2014. 241 f. Tese (Doutorado) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1807529](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1807529)> Acesso em: 15 ago. 2017.

RODRIGUES, J. C. **Caminhos de formação em música de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo em uma escola técnica em música.** 2014. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1301561](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1301561)> Acesso em: 16 abr. 2018.

SILVA, I. M. A.; DORE, R.. A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 203-214, mar. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19152>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia, 1990. Unesco, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, 1994. Unesco, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acesso em: 10 jul.2017.

VYGOTSKI, L., S. **Obras escogidas- Tomo V: fundamentos de defectología.** Tradução: Julio Guillermo Blank. Madrid: Visor, 1997. 397 p. Título original: *Sobranie Sochinenni Tom Piatti Osnovi Defektologii.* (original de 1931).